

ANTI CAPITA LISTA

N.º 40 (SÉRIE II) – JUNHO 2021

ALTERNATIVAS
PARA O COMBATE
AUTÁRQUICO

PP 04 E 05

COMO AS VACINAS
FABRICAM BILIONÁRIOS

PP 06 e 07



TWITTER:

COMUNICAÇÃO

OU CONFUSÃO?

DEPOIS DA CONVENÇÃO DO BLOCO

Concluída a 12ª Convenção do Bloco, ficam algumas conclusões e muitas tarefas.

Primeira conclusão, a regra da democracia do Bloco não é comparável à de nenhum outro partido. É certo que, como seria de esperar, várias das correntes minoritárias protestam contra a democracia interna, na medida em que não convenceram a maioria dos militantes, o que atribuem a limites que não existem: todas as posições foram divulgadas em condições de igualdade, todas as assembleias incluíram todas as moções, a Convenção permitiu a quem chegou com 3% tivesse o mesmo espaço de apresentação da moção que quem tem 70%. Em segundo lugar, alguns dos temas do debate preparatório desapareceram: ninguém repetiu que devíamos ter votado contra o confinamento desde o momento em que só havia 100 mortos; o propagandeado “movimento” em torno da TAP e da Efacec, que foi anunciado como tendo levantado o protesto popular e seria definidor de uma nova era na esquerda, com reunião a intimar a CGTP, desvaneceu-se do dia para a noite; a proposta de cortar pensões e usar o salário mínimo como referência para o layoff, sugerida pela Convergência logo em março de 2020, também se escondeu. Sobrou um

debate acerca das “linhas vermelhas” para o Orçamento, em que os blocólogos tiveram dificuldade em encontrar divergências acerca da lei laboral, do SNS ou de outras matérias, pois não existem. E ficou outro debate, porventura mais revelador, sobre os estatutos, com a enésima reencarnação da proposta derrotada de transformar o Bloco num partido federalizado, em que cada organização distrital decide autonomamente as candidaturas parlamentares ou se faz ou não coligações autárquicas, para dar corpo a caciquismo. Tudo o que se poderia esperar e não é novidade.

Reforçado por uma posição coerente na disputa com o governo acerca das escolhas para a política salarial, para o combate à desigualdade e pobreza ou para as escolhas estratégicas na transição energética, ambiental e social na década, o Bloco enfrenta a extorsão financeira, as rendas da energia, os escândalos fiscais e as falhas sistémicas no investimento e política de emprego. Não recuamos na alteração da lei laboral. Não transigimos na consolidação do SNS público e universal, como carreiras em exclusividade. Não abdicamos de medidas urgentes no clima, transportes, sistema alimentar e energia. Não desprotegemos os migrantes nem aceitamos discriminações. Não secundarizamos a luta feminista. O Bloco é o fiel a si próprio, como a Convenção o demonstrou.

Esta é uma publicação da *Rede Anticapitalista*, em que se juntam militantes do *Bloco de Esquerda* que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

- 2 *Editorial*
Depois da Convenção do Bloco
- 3 *Twitter: comunicação política ou cacofonia social*
Anreia Galvão
- 4 *A luta pela transformação no poder local em Lisboa*
Filipa Gonçalves e Rodrigo Rivera
- 5 *A habitação: responder às pessoas, reabilitar as cidades*
Maria Manuel Rola
- Acampamento de jovens anticapitalistas (junho 2021)*
- 6-7 *Moderna: dinheiro público para criar bilionários*
Luís Leiria
- 7 *Leituras*
Maremoto,
Djaimilia Pereira de Almeida
O País dos Outros,
Leila Slimani
- 8 *Odemira: o Alentejo do passado e caminhos de resistência*
Mafalda Escada

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Hugo Monteiro
Leonor Figueiredo
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Design
Helena Borges

Participaram nesta edição
Ana Bárbara Pedrosa
Andreia Galvão
Filipa Gonçalves
Luís Leiria
Mafalda Escada
Maria Manuel Rola
Rodrigo Rivera

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email redeanticapitalista@gmail.com
facebook.com/[redeanticapitalista](https://www.facebook.com/redeanticapitalista)
web www.redeanticapitalista.net

TWITTER: COMUNICAÇÃO POLÍTICA OU CACOFONIA SOCIAL?

ANDREIA GALVÃO

“A tarefa da pragmática universal é identificar e reconstruir as condições universais do entendimento mútuo possível”

Jurgen Habermas

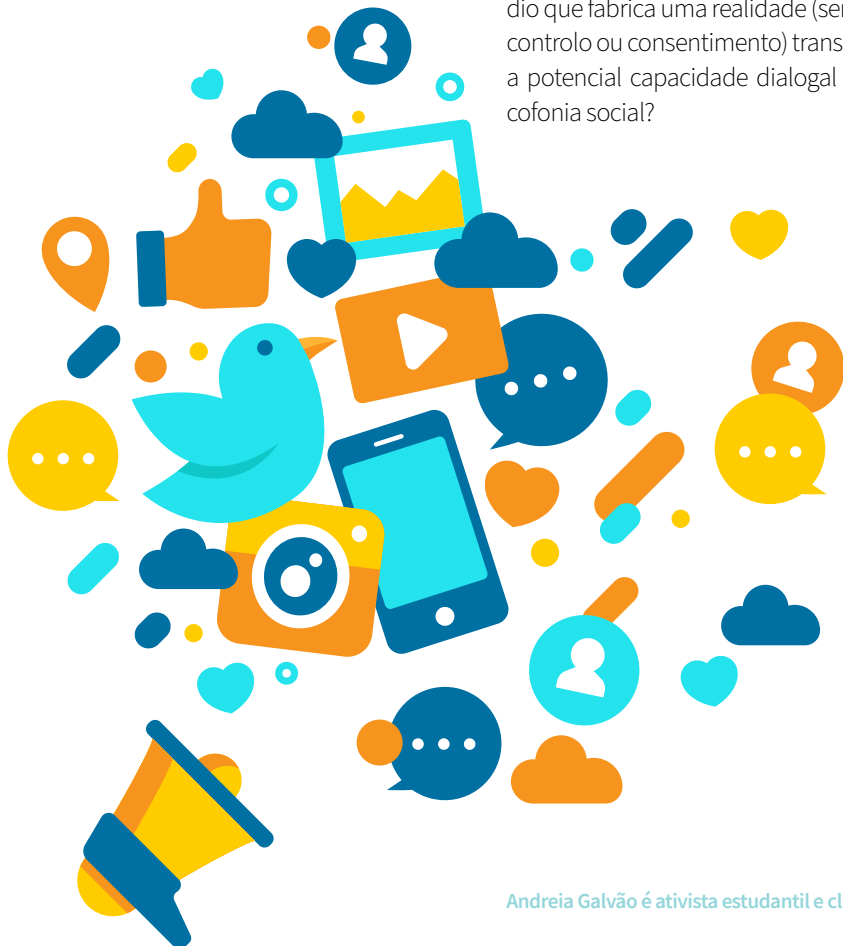
O diálogo tem sido visto de formas drasticamente diferentes por vários autores que a tentaram conceptualizar. O ramo da comunicação política tentou conciliar as visões de comunicação de Foucault e Habermas que partilhavam pontos em comum na necessidade de repensar a participação democrática de modo a que excedesse os momentos eleitorais. Os autores, no entanto, divergiram na forma como enquadram o diálogo. Foucault, um libertário radical, seduz-nos com a ideia de ética da resistência, paradigma onde mudou o tom do seu trabalho de vida, procurando olhar para o modo como é possível um sujeito libertar-se das amarras estruturais de modo a explorar a sua individualidade, definindo-se por si próprio. Olhava para o diálogo, então, como um espaço confortável onde os sujeitos se apresentam exatamente como são, sem constrangimentos criados pelas assimetrias de poder. Esta expressão radical do sujeito veio, no entanto, abrir caminho para a exaltação da individualidade no espaço público.

Isto fez-nos chegar a um enorme problema comunicacional: no meio de tanta conversa perdemos o entendimento? A capacidade de chegar a pontos comuns, a compromissos coletivos? O Twitter tem sido um palco para este mesmo olhar. Com poucos caracteres cada um pode falar no espaço público. Imaginamos o modo como as redes sociais nos libertariam das amarras sociais, permi-

tindo uma difusão policêntrica do diálogo social que nos permitiria atingir uma sociedade mais justa e igualitária, do ponto de vista comunicacional. E trouxe muitas mais-valias- pensemos na forma como tem potenciado o ativismo - como, por exemplo, o movimento climático, o BLM e #MeToo. Sem as redes sociais estes eventos nunca teriam explodido socialmente.

No entanto, temos verificado uma dinâmica inversa - um espaço desregulamentado do ponto de vista informativo que permite facilmente a difusão das fake news, uma semi tentativa de fabricação da realidade. Debates que devem ser tidos à luz dos órgãos específicos para a sua resolução agora centram-se na rede como uma plataforma de denúncia. Este esbatimento entre a realidade e o ficcional já tem produzido efeitos. Por exemplo, vários estudos já afirmam que os jovens estão cada vez menos capazes de distinguir opiniões de factos. E isto é um grave problema social. A incapacidade de distinção de factos comprovados, com argumentos e métodos, de opiniões apenas comprovadas pelas vozes que habitam as nossas cabeças gera um problema paradigmático no sentido da descrença da ciência, do próprio conhecimento.

Os novos media parecem estar a envelhecer cada vez mais rapidamente, sendo velozes a captar os vícios dos media tradicionais - as forças que dominam este espaço, desta vez, sem qualquer verificabilidade informativa - põem em causa uma nova geração cada vez mais conectada com as redes sociais, que ultrapassou a pandemia graças aos ecrãs que têm vindo a ocupar, a tomar as nossas vidas. Tornaram-se as redes uma forma de projetarmos um mundo ou um intermédio que fabrica uma realidade (sem o nosso controlo ou consentimento) transformando a potencial capacidade dialogal numa cacofonia social?



Andreia Galvão é ativista estudantil e climática.

A LUTA PELA TRANSFORMAÇÃO NO PODER LOCAL EM LISBOA

FILIPA GONÇALVES E RODRIGO RIVERA

Quatro anos depois da eleição do vereador do Bloco em Lisboa, aqui tens um resumo do balanço deste mandato, que foi um trabalho de equipa, que teve sempre como bússola o programa pelo qual fomos eleitos. Todos os problemas da cidade foram resolvidos? Não. Continuamos a ter uma capital que é a cidade mais desigual do país, com graves problemas de habitação e com um urbanismo dominado pela lógica do negócio. Sabíamos desde Outubro de 2017 que um só vereador não ia mudar tudo, mas começamos essa transformação.

Olhemos para trás. A década anterior foi marcada pela Lei das rendas, os Vistos Gold, o boom turístico desregulado e a alienação do património público. Uma década em que o Partido Socialista, primeiro com Costa e depois com Medina, deslumbrado pela requalificação por privados de um centro histórico a cair, ignorou a maior crise da habitação que a cidade já viu e a multiplicação de bolsas de pobreza. Depois, a quebra da maioria absoluta forçou o PS a negociar medidas com o Bloco que nunca imaginaria pôr em prática. O Bloco assumiu responsabilidade executiva em duas áreas centrais para a cidade: Direitos sociais e Educação.

A esquerda no poder local tem dois desafios essenciais: impor na agenda o programa de transformação social que leva a votos; mobilizar a luta social. No governo da cidade, o Bloco mostrou que é possível cumprir no poder local. Mas que medidas foram estas, que aplicámos nos últimos quatro anos?

Relembramos algumas. Conseguimos a gratuitidade dos manuais escolares, que depois se alargou a todo o país, acabámos com as refeições frias, em plástico descartável, e garantimos qualidade no que é servido nas escolas, pedimos o 1º estudo independente sobre o estado das escolas ao LNEC, acabando com as requalificações sem transparência, conseguimos uma redução dos preços dos transportes, que depois foi alargada a todo o país. Conseguimos, 20 anos depois de estar na lei, abrir as primeiras salas de consumo assistido, retirando o consumo de drogas da rua e abrindo a porta para respostas de recuperação da cidadania. Sem o Bloco, estas medidas nem na gaveta estariam.

Na pandemia concretizámos, em alguns dias, uma rede de acolhimento para pessoas sem abrigo, por onde já passaram 800 pessoas, que as protege e é uma ponte para obter emprego, habitação e saúde.

Na resposta às pessoas em situação de sem-abrigo, Lisboa é hoje uma cidade diferente do que era há 4 anos. Hoje, a prioridade é garantir uma casa para quem dorme na rua. Uma casa primeiro, com acompanhamento social, para que as pessoas possam se reerguer, mas debaixo de um teto. Para cada pessoa, um projeto de vida reconstruído com base na ideia de que têm direito a uma casa.

Uma grande parte deste mandato foi marcado pela pandemia e pela crise que dela decorre. O Bloco colocou no terreno a maior resposta social do país. Na primeira linha, o Fundo de Emergência Social e o Lisboa Protege responderam a pequenas empresas, à restauração, a trabalhadores por conta própria. Construímos um programa público de apoio alimentar, rompendo com a dependência caritativa de quem nada tem. Esse programa distribuiu até hoje mais de 1,5 milhões de refeições. Finalmente, concretizámos, no espaço de alguns dias, uma rede de centros de acolhimento para pessoas em situação de sem abrigo, por onde já passaram 800 pessoas, que as protege e acolhe, e que acima de tudo é uma ponte para obter emprego, habitação e saúde. Imaginem a cidade se estas 800 pessoas estivessem hoje a dormir na rua.

Lisboa continua, infelizmente, a ser uma cidade desigual. Muitas famílias tiveram de deixar Lisboa, muitas outras têm uma taxa de esforço acima do aconselhável. Miradouros encerrados, praças privatizadas, a cidade desenhada para agradar aos grandes investidores, que têm lugar cativo nas reuniões com Medina, com uma política urbanística de mãos dadas com grandes negócios. Todos os dias deste mandato trabalhamos com os movimentos da cidade para contestar esta visão neoliberal do urbanismo. Apesar da avalanche de trabalho administrativo, não perdemos de vista o nosso caminho, de onde vimos e para onde vamos.

Um vereador do Bloco no executivo lisboeta permitiu amplificar a voz de muitos movimentos sociais que lutam por uma cidade que ponha as pessoas no centro da construção de políticas públicas e urbanísticas. Não só propomos as políticas concretas que respondem à desigualdade, à pobreza e que enfrentam os poderes de sempre, como sabemos governar em nome dessas propostas, das pessoas e da democracia em todas as esferas da sociedade.

Filipa Gonçalves e Rodrigo Rivera fazem parte do grupo municipal do Bloco em Lisboa.



A HABITAÇÃO: RESPONDER ÀS PESSOAS, REABILITAR AS CIDADES

MARIA MANUEL ROLA



Neste momento, em que somos chamadas a remeter-nos a nossa casa, fica mais clara a crise habitacional e o seu papel no acentuar de riscos sociais, em particular na saúde, na pobreza e na garantia de espaço no lar de cada pessoa. Também ficou visível a quantidade de pessoas que vivem em sobrelotação, em condições indignas, ou sem ter onde viver. O desfasamento do mercado imobiliário relativamente à realidade dos locais onde vivemos é exposto quando os preços se mantêm altíssimos enquanto tanta gente perde os seus rendimentos.

Sabemos que temos pouca habitação pública em Portugal. Esta não consegue dar resposta às mais de 26.000 famílias identificadas no levantamento - já desfasado - do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. Também não responde aos estudantes, aos profissionais deslocados, aos jovens e a quem em Portugal vive com o salário mínimo ou médio. Uma larga camada da população não tem acesso a habitação dentro dos valores do seu rendimento. E isto é um problema coletivo. O erro foi a entrega da resposta ao mercado e a gota de água foi a liberalização.

Neste contexto, a resposta que os municípios devem dar é um sistema justo, regu-

lamentos que não limitem o direito à habitação e a garantia de que o edificado das cidades - público e privado - é mobilizado em grande escala para responder a esta emergência. E mais habitação pública. Não se entende então que os municípios não tenham já as suas estratégias locais de habitação para acederem aos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência através do Programa Primeiro Direito, ou concretizado as medidas previstas na Lei de Bases da Habitação de âmbito local - o Conselho Local de Habitação, a Carta Municipal de Habitação, a definição de zonas urbanísticas em situação de pressão habitacional, o Relatório Municipal da Habitação, as quotas de habitação acessível ou condicionada em novas

construções - num mínimo de 25% - e a garantia da existência de terrenos e edificado público para instalação de equipamentos públicos - habitacionais ou sociais. Tudo isto é um sistema que urge realizar.

E o investimento em habitação, para reverter as cidades vazias de residentes, é a exigência do próximo período. E, para tal, é necessária mobilização orçamental das autarquias - que podem investir em habitação sem limites ao endividamento no âmbito do Programa Primeiro Direito -, acompanhada da criação de estruturas municipais que apoiem os inquilinos nas questões habitacionais, de reabilitação, de combate à pobreza energética e de assédio imobiliário para uma maior justiça, informação e acesso. E os municípios devem travar a privatização de edificado e solo público e usá-lo para formar as suas bolsas de imóveis municipais onde terão esse património habitacional inventariado, reabilitado e disponível em modelos regulados de renda pública.

Por fim, o edificado não pode continuar cativo do alojamento local. Programas de conversão deste edificado para a esfera pública, antecipando o seu abandono, decadência ou venda a capital estrangeiro, são essenciais para que estes voltem a responder ao que é a sua função: habitação. Uma resposta vigorosa de cada município na transição da monocultura do turismo para cidades vividas e para quem lá vive é pensar que os serviços devem ser acessíveis, as cidades devem ser percorridas sem receios e que a economia é diversificada. E que as pessoas lá vivem. Os municípios têm um papel chave nisto.

Maria Manuel Rola é deputada.

REVOLUTAS

ENCONTRO DE VERÃO DE JOVENS ANTICAPITALISTAS
25 a 27 JUNHO | (local a indicar)

TEMAS: luta estudantil, mudar o sistema para o clima, feminismo e marxismo, a vertigem das redes sociais, o povo unido não precisa de partido?, os movimentos sociais.

Transporte, dormida, alimentação:
40 euros.

Contacto email:
redecapitalista@gmail.com



VACINAS

MODERNA: DINHEIRO PÚBLICO PARA CRIAR BILIONÁRIOS

LUÍS LEIRIA

Em tempos de pandemia mundial é aceitável que executivos e investidores de farmacêuticas ligadas à produção de vacinas entrem de rompante na lista dos bilionários? Que multipliquem a sua riqueza enquanto a maioria da população está ainda muito longe de ter acesso a um imunizante? É imoral e obscuro. Mas é o que acontece com algumas farmacêuticas e empresas de biotecnologia ligadas às vacinas, e em particular com uma específica: a norte-americana Moderna, uma empresa de biotecnologia que existe apenas há dez anos.

CINCO DOS NOVE NOVOS BILIONÁRIOS

Já sabíamos que os 20 mais ricos do planeta tinham aumentado o seu património em 1,7 biliões de dólares em 2020, soube-se agora da lista dos novos nove bilionários no mundo, incluindo, gente ligada à produção de vacinas. A lista foi divulgada pela Aliança por uma Vacina Popular (ver em <https://www.globaljustice.org.uk/>), uma coligação de organizações não governamentais britânicas. Esta aliança luta pela fabricação rápida das vacinas contra a Covid-19, em grande escala, como bens públicos globais, disponíveis para toda a população mundial.

Na lista dos novos bilionários das vacinas estão o CEO e o presidente da Moderna, dois investidores dessa mesma farmacêutica e ainda o presidente da empresa que tem acordo para fabricar vacinas da Moderna. Quer dizer: cinco dos nove bilionários são da Moderna ou estão a ela ligados. Os outros quatro são o presidente da alemã BioNtech, que produz uma vacina junto com a Pfizer, e

três cofundadores da farmacêutica chinesa CanSino Biologics.

Esta lista concentra assim as atenções numa farmacêutica que tem pouco mais de dez anos de idade e cujo único produto no mercado é justamente a vacina contra o vírus Sars-CoV-2: a Moderna.

UM OVO DE COLOMBO DIFÍCIL DE PÔR EM PRÁTICA

O nome “Moderna” representa os objetivos da empresa: desenvolver terapias e vacinas baseadas na manipulação do RNA mensageiro, uma tecnologia nascida na Universidade da Pensilvânia, EUA, criada pela investigadora húngara Katalin Karikó e pelo imunologista norte-americano Drew Weissman. As moléculas do RNA mensageiro funcionam como livros de receitas que orientam as células a produzir proteínas específicas. A nova tecnologia consiste em adquirir o controlo desse livro para fazer com que sejam criadas as proteínas necessárias. No caso da Covid-19, o RNA mensageiro modificado orienta as células a criar a proteína spike, que está presente no vírus SARS-CoV-2. Esta proteína será identificada como um vírus e logo atacada pelas células do sistema imunológico. A partir daí, se o vírus verdadeiro aparecer, as células imunológicas já saberão como atuar.

A ideia, que a cientista húngara começara a desenvolver em 1978, parece ser um ovo de Colombo, mas pô-la em prática é outra história: o RNA mensageiro fabricado pode ser destruído antes de chegar ao destino; e pode também detonar reações imunológi-

cas perigosas. Por isso, a investigação dos dois cientistas demorou décadas e Karikó estava à beira de desistir quando finalmente começou a ter sucesso. Uma série de “artigos que os dois cientistas publicaram em 2005 despertou pouco interesse, mas houve pelo menos três pessoas que lhes deram atenção. Foram os fundadores da norte-americana Moderna e das alemãs BioNtech e CureVac.

FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA GANHOS PRIVADOS

Desde a sua criação, em 2010, a Moderna caracterizou-se pelo secretismo. Os seus cientistas não publicam as investigações em revistas científicas, e até os candidatos a emprego têm de assinar um acordo de sigilo. A sua grande oportunidade da Moderna surgiu quando Trump reuniu, em março de 2020, executivos de indústrias farmacêuticas para lhes apresentar um programa de apoio

Empresa dos EUA teve total financiamento público e parceria com agência estatal para desenvolver a mais cara vacina contra a Covid-19. Já criou cinco novos bilionários.

à produção de vacinas. Trump estava unicamente interessado em saber quanto tempo demoraria a vacina a estar pronta. Depois de ouvir falar em prazos de um ano, de meses, chegou a vez de Stéphane Bancel, CEO da Moderna. Bom vendedor, Bancel achou que tinha de falar em dias. E anunciou que 42 dias depois de feita a sequenciação do vírus, a vacina da sua empresa estava pronta e tinha já sido entregue ao seu parceiro do governo, o National Institute of Health. Isso soava como música aos ouvidos de Trump.

A partir desse dia, a Moderna contou com o apoio de vários programas federais e a compra antecipada de 100 milhões de vacinas. No total, a Moderna terá recebido do governo

Empresa	Financiamento público (dólares)	Preço da vacina	Estimativa de vendas em 2021 (dólares)	Valorização das ações (últimos 12 meses, dados de março de 2021)
Moderna/NIH	5.750 milhões	24 a 74 dólares	18.200 milhões	+ 372%
AstraZeneca/Oxford	2.700 milhões	4,38 a 10 dólares	1.900 milhões	- 8,6%
Pfizer/BioNtech	2.500 milhões	13,50 a 39 dólares	15.000 milhões	+ 156% BioNtech + 1,8% Pfizer
Janssen (Johnson & Johnson)	1.500 milhões	8,50 a 10 dólares	Não divulgado	+7,7%

dos EUA 5.750 milhões de dólares para produzir a vacina. E esse cálculo não inclui nem a investigação anterior, que levou à tecnologia do mRNA, nem a contribuição do NIH. A vacina da Pfizer/BioNtech, que usa a mesma tecnologia, recebeu menos de metade: 2.500 milhões de fundos públicos dos EUA, Europa e Alemanha. A Pfizer não quis aceitar aqueles apoios públicos.

MAIS VALE PREVENIR...

A divulgação dos apoios à Moderna fez disparar o valor das suas ações. No final de fevereiro, cada ação era negociada a 18 dólares, mas no dia em que escrevo este artigo o seu valor é 164,27. Mas e se tivesse ocorrido um fracasso? Depois de uma valorização especial, turbinada pelas expectativas, viria uma inevitável queda. Foi isso que pensaram os seus executivos, que acautelaram o perigo vendendo intensamente as suas ações durante o 1º semestre der 2020. Isto é: enriquecendo enquanto podiam. A manobra foi considerada altamente problemática por especialistas em Bolsa de Valores.

Segundo uma reportagem da Reuters de 2 de julho de 2020, nos cinco primeiros meses do ano, o CEO Stéphane Bancel encaixou 21 milhões de dólares, e Tal Zaks, o responsável pela área médica, encaixou 36 milhões. Bancel justificou-se afirmando que negociara uma pequena parte do que possuía. Mas, notou a Reuters, nada de semelhante aconteceria com as outras empresas de biotecnologia.

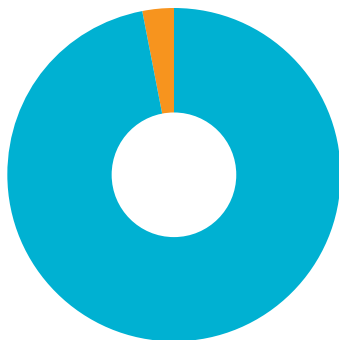
VACINAS CARAS, PARA OS PAÍSES RICOS

Depois de tanto financiamento público, deveria esperar-se que o preço das vacinas fosse baixo, já que a empresa contara praticamente com o financiamento total para o desenvolvimento. Engano. As vacinas da Moderna são as mais caras. É o que dizem dados obtidos por descuido ou fuga de informação, já que os contratos assinados escondem os valores envolvidos (ver quadro).

Com a vacina mais cara, a Moderna praticamente só assinou contratos de venda com os países ricos, sendo a exceção pequenos contratos com as Filipinas, a Colômbia e a Indonésia. A Moderna ignorou a iniciativa COVAX, da OMS, que procura garantir um acesso equitativo e justo de todos os países às vacinas. Venda equitativa é algo que não entra no vocabulário da Moderna. A farmacêutica parece, sim, mais empenhada em preservar uma margem de lucro que deve andar à volta dos 25 a 30%.

E, no entanto, esta não é uma mera vacina da Moderna, é a vacina do NIH, é a “Vacina do povo”, afirma a ONG Public Citizen, que recorda: todo o desenvolvimento da vacina foi pago com dinheiro público, o NIH, órgão do governo federal, coparticipou no desenvolvimento, e o próprio governo tem o controlo de patentes chave da tecnologia da vacina. “Todos cumprimos um papel. Devia pertencer à Humanidade”.

PARA ONDE VÃO AS VACINAS DA MODERNA?



97% países ricos

3% países de rendimento médio

0% países pobres

Luís Leiria é jornalista e colaborador do Esquerda.net.

LEITURAS



MAREMOTO

Djaimilia Pereira de Almeida
Relógio d'Água

A acção foca-se em Boa Morte da Silva, um arrumador de carros que, décadas antes, foi à guerra na Guiné, integrado nas forças portuguesas. Agora, já velho, tombado por uma hérnia, dorme no Prior Velho, estaciona carros no Chiado, recebe umas moedas aqui e ali.

De Lisboa, Boa Morte recorda Bissau: a família que ali perdeu, a sua participação na guerra, os homens que se fizeram cadáveres às suas mãos. Ao mesmo tempo, vê-se a invisibilidade de quem existe quase sem amarras, de quem tem de arrancar a vida ao dia-a-dia, para quem cada dia é uma luta, de quem quase ninguém sentiria a falta.

A terra guardou-lhe “lugar de farrapo” (p. 67), a ele, que matou “como um louco”, que a cada cadáver se entregou a Portugal. Para os seus compatriotas, será um traidor. Para os portugueses que o vêem, será o empecilho que não se conseguiu safar na vida, a viver dos despojos que eles largam por Lisboa. O país que amou e serviu, pelo qual matou o outro, não lhe dá amor nem lugar nem recompensa – nem sequer cidadania. A.B.



O PAÍS DOS OUTROS

Leila Slimani
Alfaguara

Neste novo romance, primeiro de uma trilogia, Slimani enfrenta uma saga familiar em torno da figura de Mathilde, uma mulher francesa no limbo de duas culturas. Através dela, consegue explorar duas realidades em conflito: o apego à liberdade com que cresceu em casa e a família que construiu com um homem árabe, com quem vive em Marrocos. A autora, com uma mestria rara, explora as implicações da colonização na casa desta mulher que, sendo francesa e branca, por ser casada com um árabe, não podia fazer parte do mundo colonial.

Cercada pelo ambiente estéril de Marrocos, Mathilde também começa viver numa balança: de um lado, está essa paixão inicial; do outro, está um conservadorismo que a sufoca, que a relega para um segundo plano, que a trata como coadjuvante por ser mulher. Sentindo-se sob o peso de outra cultura, sente-se longe de tudo, e a sua solidão adensa-se. Francesa no país colonizado por França, não sai de si a sensação de estar num lugar que é de outros, e o seu desfasamento só acentua mais o desconforto.

Vemos a colonização a partir do seu drama individual, acompanhando a tensão que desemboca na independência de Marrocos em 1956. Se, por um lado, todos parecem viver no país dos outros, as mulheres parecem ainda viver no país dos homens. Tratadas como território de homens, parecem vítimas de uma dupla colonização, e estabelece-se um paralelo entre as terras sitiadas e os corpos femininos dominados. A.B.



ATUALIDADE

ODEMIRA: O ALENTEJO DO PASSADO E CAMINHOS DE RESISTÊNCIA

MAFALDA ESCADA

Odemira é um Alentejo diferente do imaginário tradicional. É o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e as praias. A aposta na turismo no litoral tornou Odemira dependente da época balnear. Os serviços públicos escasseiam. Note-se que Odemira equivale a 17 vezes o concelho de Lisboa. O interior está ao abandono: Sabóia tem das mais elevadas taxas de suicídio do mundo. A condenação à não-existência durante grande parte do ano tornou também Odemira no local perfeito, porque escondido, para o capitalismo predatório.

A aposta na agricultura intensiva não é de agora e as consequências eram conhecidas. A sobreutilização dos recursos hídricos da região reflete-se no mirrar da barragem sugada pelo novo latifúndio. As estufas ameaçam a biodiversidade. Foi no domínio do ambiente que a denúncia deste modelo agrícola começou a ser feita em Odemira, mas sem grande resultado. A proliferação das estufas continuou e, com ela, o “recrutamento” de mão-de-obra estrangeira. Entre 2008 e 2013, a população estrangeira com estatuto

legal (não conta com os trabalhadores em situação irregular) diminuiu em Portugal. Em Odemira subiu 5%. O parque habitacional não chegava para albergar trabalhadores, mesmo que distribuídos à dezena por quarto. A instalação de contentores com o aval do governo disse-nos que esta gente que nos põe comida na mesa não merece uma casa.

EXPLORAÇÃO

A pandemia deixou a nú as condições insalubres em que os trabalhadores são obrigados a viver. A Solidariedade Imigrante (SOLIM) e a comunicação social tornaram público que muitos dos trabalhadores pagaram milhares de euros para cá chegar, não recebem salário diretamente e são-lhes descontadas rendas injustificáveis. Ganham os “angariadores”, as empresas de trabalho temporário, os senhores e as grandes cadeias de supermercados.

A solução dependerá do enquadramento político do problema e da mobilização social. Uma visão somente setorial pode ser um obstáculo, tendo em conta as inúmeras

possibilidades de ramificação. Na Andaluzia, onde a ossificação dos sindicatos impede a representação dos trabalhadores agrícolas, surgem alternativas. As Jornaleras de Huelva En Lucha intervêm junto dos trabalhadores, denunciando os abusos e garantindo apoio jurídico através da Cooperativa de Abogadas Andaluces de Sevilla. Para mitigar o difícil acesso à saúde, trabalham com a Yo Sí, Sanidad Universal pondo profissionais de saúde em contacto com os trabalhadores agrícolas. Puseram em marcha redes de solidariedade; trabalham na criação de uma sindical local e plural e em campanhas de sensibilização. Em Portugal, a SOLIM tem-se batido pelos trabalhadores agrícolas, na sua grande maioria pessoas racializadas. Os Juntos pelo Sudoeste têm denunciado o dano ambiental das estufas.

A ESQUERDA NO ALENTEJO

Odemira são as margens sem voz e o combate pelas suas vidas é também o nosso. A pandemia tornou o momento atual o tempo para este combate, mas deve relembrar-nos que não travamos esta batalha sozinhos. Importa organização política no Alentejo, onde a extrema-direita galopa. Importa que o Bloco cumpra o seu papel de partido de diálogo permanente com o movimento social, importa que o combate jurídico das associações locais se transforme em força política. Odemira pode ser em todo o lado: falamos de modelo de produção, de habitação, de antirracismo, de ambiente. Odemira é também na Andaluzia e na produção de abacate no Chile. Contudo, não diluamos o problema na estrutura em que se insere. O nosso projeto político de sociedade e a nossa força ativista e militante não se podem esgotar no discurso solidário e interseccional, é preciso ação. Odemira é, primeiro que tudo, em Odemira e urge provar que existe uma alternativa ao modelo económico e social do litoral alentejano. O Bloco é a única força política capaz de agregar as lutas que têm palco em Odemira, tendo em conta o desdobramento dos seus ativistas pelos vários movimentos. O que sair de Odemira poderá apontar caminho para a transformação de todas as Odemiras.

Mafalda Escada é ativista estudantil.

CONTACTOS

email redianticapalista@gmail.com | facebook.com/[redianticapalista](https://www.facebook.com/redianticapalista) | web www.redianticapalista.net